

PARECER/PGM/RDC-PA Nº 143/2022

Redenção-PA, 05 de abril de 2022.

ORIGEM : Secretaria Municipal de Saúde – SMS  
REFERÊNCIA : Memorando no 216/2022 – DEPTº DE LICITAÇÃO  
INTERESSADO : Secretário Municipal de Saúde – João Lucimar Borges  
REQUERENTE : Departamento de Contratos – SMS  
ASSUNTO : Parecer Jurídico para Aprovação de Minuta de Edital e seus Anexos  
PROCURADOR : Wagner Coêlho Assunção

**EMENTA:** EDITAL. MINUTA. PROCESSO LICITATÓRIO 078/2022, PREGÃO ELETRÔNICO 037/2022. OBJETO: “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE REDENÇÃO/PA*”. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS. PARECER JURÍDICO COM APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL E OPINIÃO FAVORÁVEL À SUA REALIZAÇÃO.

## I. DOS FATOS E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Trata-se de pedido de parecer jurídico de edital quanto à possibilidade de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO 078/2022, PREGÃO ELETRÔNICO 037/2022, em que o MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA, através da *SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE*, pleiteia como objeto “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE REDENÇÃO/PA*”, adotando o critério de julgamento o “*MENOR PREÇO POR ITEM*”.

Para a realização do presente certame a secretaria Requerente juntara termo de referência – TR contendo e descrevendo/discriminando item por item e seus quantitativos, minuta do contrato com todas as cláusulas exigidas pela Lei de Licitações, comprovação de cotações, dotação e disponibilidade orçamentárias, justificativa da necessidade e possibilidade de se contratar/comprar o objeto a ser licitado, bem como minutas do termo de referência, contrato e modelos de declarações necessárias de serem juntadas ao presente feito.

Diante das argumentações e das documentações da secretaria requerente, elaborara-se o presente e analisado edital, onde no seu corpo especificara-se todas as regras e requisitos de participação, habilitação e contratação, bem como as vedações e proibições, forma de pagamento e garantias e sanções administrativas, com base nos anexos entre os quais contém o já citado termo de referência e o espelho do contrato administrativo a ser firmado.

Ademais, divulgaram o site oficial [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), para “A solicitação de esclarecimento a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação”, sendo esse o canal de comunicação entre a Administração Pública e os interessados na licitação.

Outrossim, compõem o corpo do presente edital licitatório:

- ANEXO I - Termo de referência;
- ANEXO II - Minuta de Contrato Modelo Formulário de apresentação de proposta;
- ANEXO III - Carta-Proposta para Fornecimento.

Assim, diante de todos os termos insertos no corpo do edital, bem como os contidos nos seus anexos, o presente certame dispusera claramente, em obediência à legislação pátria das contratações públicas, sobre as regras procedimentais de participação no presente pregão eletrônico, de especificação do objeto licitado, de adjudicação e contratação, bem como as de quitação e rescisão contratual.

Eis o necessário a relatar.

## II. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Inicialmente é válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único, do artigo 38, da Lei 8.666/93 é exame – que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos. (Tolosa Filho, Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei nº 8.666/93. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 119).

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumpra esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública.

Portanto, tornam-se as informações/documentações/justificativas dotadas de verossimilhanças, pois não possui a Procuradoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa é posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe à análise dos aspectos de legalidade, que não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Nota-se que, em momento algum se está fazendo qualquer juízo de valor quanto às razões elencadas pelos servidores que praticaram atos no intuito de justificar a referida contratação.

## **II.1. DO OBJETO E DA MODALIDADE LICITATÓRIA**

Inicialmente, é importante afirmar que a Constituição da República de 1988, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório conditio *sine qua non* para contratos – que tenham como parte o Poder Público – relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação. Toda licitação deve ser pautar em princípios e regras previstos no texto constitucional.

O art. 22 da Lei 8.666/93 descreve as principais modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas, entretanto, a modalidade do caso em tela encontra previsão na Lei 10.520/2002 c/c Decreto 10.024/2019, onde naquela lei em seu art. 1º e parágrafo único, há a previsão legal de licitação por esta modalidade **“Para aquisição de bens e serviços comuns”** onde **“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”** O mesmo sentido se encontra no primeiro artigo desse último decreto federal.

Portanto, sendo a presente licitação para a contratação de empresa para o fornecimento de bem comum, perfeitamente cabível e certo a modalidade licitatória escolhida, qual seja, pregão eletrônico.

## **II.2. DO EDITAL E DOS SEUS ANEXOS**

A análise de edital e de contrato será conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, ou seja, a Lei 8.666/93 combinada com a Lei 10.520/2002.

Importante ressaltar que esta Procuradoria Jurídica se atém, tão-somente, a questões relativas à legalidade, ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como a forma de execução

O art. 40 da Lei nº 8.666/93 estabelece critérios mínimos de exigências que deverão ser contemplados no edital, além da Modalidade e Critério de Julgamento que já foram mencionados anteriormente.

Analisando o Preâmbulo do Edital verificou-se que este atende todas as exigências do *caput* do artigo 40 da Lei 8.666/93 e aos ditames da Lei 10.520/2002, pois informa, com clareza e objetividade, o número de ordem em série anual, a modalidade de Pregão Eletrônico como sendo a adotada por este edital, ademais o critério de julgamento ou tipo de licitação é MENOR PREÇO POR ITEM, faz menção a legislação

aplicável ao presente edital, indica a data, horário e portal eletrônico onde serão recebidos a documentação e propostas.

Prosseguindo a análise, verificamos que o Termo de Referência e a Minuta do Contrato, encontrados nos ANEXOS I e II, destacam com clareza o objeto desta licitação, qual seja “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE REDEÇÃO/PA*”, adotando o critério de julgamento do “*MENOR PREÇO POR ITEM*”.

Atendendo o inciso VIII, do art. 40, da Lei nº 8.666/93, está previsto no edital as informações sobre o mesmo, o acesso às informações e esclarecimentos relativos à licitação, bem como as condições para impugnar o edital, respectivamente.

Ademais o edital relaciona as condições gerais para participação do certame, impedimentos e forma de credenciamento. Para participação nesta licitação, o edital prevê condições/exigências que deverão ser atendidas pelas empresas licitantes que estão previstas nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/93 estando, portanto, respeitadas as exigências da Lei de Licitações.

Outrossim, o edital apresenta infrações que poderão acarretar a aplicação de sanções ao contratado para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais, obedecendo ao inciso III, do art. 40, da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos arts. 27 ao 31, bem como o 40, da Lei 8.666/93 que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

### III. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, juridicamente, **APROVA-SE** a minuta do edital em epígrafe, com fulcro nas normas jurídicas pátrias e se alinhando aos melhores e mais aceitos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, bem como da análise da justificativa, da fundamentação fático-jurídica e da documentação acostada, favoráveis à realização do processo licitatório em questão, posto que devidamente cumpridos os requisitos legais e administrativos para tanto.

Por fim, e tendo em vista que o parecer jurídico é obrigatório à abertura do processo licitatório (e suas dispensas e inexigibilidades), nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, o mesmo é tão somente no sentido de verificar se o edital e seus anexos cumpriram os ditames da legislação pátria atinente a tais certames e aos contratos administrativos, da qual a Administração Pública é obrigada a lançar mão. Assim, deverá a Comissão de Licitação e/ou o Pregoeiro proceder adiante obedecendo-se aos demais ritos do processo licitatório.

No mesmo sentido, o Controle Interno, se necessário e cabível for, poderá opinar quanto à real necessidade da licitação pretendida, com a análise dos fatos e da

documentação probante, tudo em observância aos princípios inerentes à Administração, principalmente da ininterruptibilidade que urge da necessidade de licitar-se o objeto apresentado, além de outros princípios basilares das licitações e dos contratos administrativos.

**Wagner Coêlho Assunção**

Procurador Jurídico

C.S.T. N° 017280/2021

OAB/PA 19.158-A